A Crise do Estado na América Latina

Norbert Lechner *

O Estado é real e a sua realidade consiste em que o interesse do todo se realize nas formas particulares. A realidade é sempre unidade do geral e do particular, o desdobramento do geral no particular que aparece como autônomo, ainda que só se sustente e se mantenha dentro do todo. Enquanto esta unidade não é dada algo não é real, embora se possa supor a sua existência. Um mau Estado é aquele que só existe; um corpo enfermo também existe, porém não possui verdadeira realidade. Hegel, Filosofia do Direito. [1]

I – O Estado Autoritário: Expressão de uma crise

O cenário latinoamericano está dominado por governos militares. O *novo autoritarismo* nada tem a ver com a tradicional ditadura, que ainda subsiste na América Central, nem com o ciclo militar anterior, que predominou na região por volta dos anos 30. As recentes intervenções militares não são simplesmente operações de caudilhos; o novo autoritarismo surge em países com alto nível de desenvolvimento econômico (como a Argentina e Brasil) e com prolongada tradição democrática (Chile). As Forças Armadas também não intervém em representação das classes médias, para suprir a sua incapacidade de direção (caso do "populismo"). A característica dos golpes militares da última década é de que as Forças Armadas tomam o poder como instituição (a hierarquia militar deslocando o caudilho), para procurar estabelecer um novo Estado (proclamam não ser um regime transitório) e por não apoiarem-se em forças civis (extinção dos partidos políticos).

Depois desta primeira observação, pode-se tentar uma interpretação mais estrutural. O novo autoritarismo surge como reação a dois momentos: internamente, o acionamento da luta de classes, que desestabiliza a estrutura de dominação, sem poder criar uma nova ordem. Externamente, a internacionalização do capital, que transforma o processo de acumulação e impulsiona uma reorganização das economias locais. Conseqüentemente, o novo Estado autoritário se norteia por duas concepções complementares. Por um lado, a doutrina da Segurança Nacional enquanto programa de pacificação social, que restabelece uma ordem hierárquica da sociedade em função de um bem estar econômico estratificado. Por outro lado, um enfoque tecnocrático do processo econômico, que procura estabilizar a vigência do capitalismo baseando-se na dinâmica do capital estrangeiro e garantindo a participação subordinada do capital nacional.

Aprofundando o estudo, uma possibilidade seria a de analisar a operacionalização destes princípios, ou seja, investigar o funcionamento do Estado autoritário (através dos programas sociais, do "modelo" econômico, das diferenças sociais, do discurso ideológico, etc). Outra possibilidade seria de indagar as causas histórico-estruturais, que provocam o apogeu do novo autoritarismo, para assim compreender as suas funções e que tarefas não poderá assumir, ou seja, visar uma análise dialética, que enfoque o surgimento do Estado autoritário em um mesmo movimento com a negação do Estado autoritário. Opto pela última, partindo de duas reflexões. A primeira é que o novo autoritarismo não é um fenômeno novo. A história latino-americana é uma extensa e rica história de caudilhos, déspotas ilustrados e tiranos, que deram forma a uma cultura de autoritarismo frente à qual a democracia foi relegada a um plano secundário de uma ideologia subversiva, ou, no melhor dos casos, de uma legitimação fictícia. Se bem que o autoritarismo não seja uma ruptura surpreendente, é importante precisar a especificidade do novo autoritarismo em relação a formas anteriores. Isso implicará na especificação das diversas formas de autoritarismo em relação às alternativas democráticas. A segunda reflexão é uma hipótese. Suspeito que a institucionalização do conflito social e político que busca o Estado autoritário [2] fracassa. O Estado autoritário procu-

* *Professor – pesquisador da FLACSO, sede Santiago.*

1 *Hegel, G. W. F.: Grundlinien der Philosophie des Rechts, Suhrkamp, Frankfurt 1970, nota ao parágrafo 270 (pg. 428 sg).*

2 *As Forças Armadas justificam sua intervenção pela crise das instituições (Caos, "vazio de poder") e, de maneira extensiva pela crise da democracia ocidental (subversão comunista internacional) – crise que manifesta a vigência de uma guerra total. Tal legitimação pode apoiar-se em teóricos como Samuel Hutington, que lhes aponta a institucionalização do conflito como tarefa histórica;* cf. *Hutington, S.:* Political Order in Changin Societies, *Yale University Press 1968.*

Revista de Cultura Contemporânea - Ano 1 Nº 1 Julho 1978

ra burocratizar (militarizar) a esfera política, desideologizando a luta e submetendo-a aos imperativos aparentemente técnico (neutros) do desenvolvimento econômico. A retórica nacionalista-humanista-cristã-antimarxista parecia mais substituto transitório enquanto se cria uma ascética "i-deologia de Estado" do que uma motivação mobilizadora para um ideal coletivo. Procura-se construir um modo tecnocrático de desenvolvimento capitalista; isso exige a imposição de uma racionalidade formal ao processo social (encarnada pela burocracia militar). Suponho que este propósito de "tecnocratização" fracassa porque na América Latina – diferentemente dos centros capitalistas – a racionalidade formal-burocrática não pode assentar-se sobre uma racionalidade material. As sociedades latinoamericanas não refletem uma "lógica de sistema", que possa ser formalizada em alternativas técnicas. Ainda que predominem as relações capitalistas de produção, elas não homogeneizaram as sociedades a ponto de que a lógica do capital tenha sido interiorizada como *a* razão social. A unidade territorial do Estado não se baseia em uma unidade econômica nem em uma integração social. A praxis não adquire uma dimensão social e esta dispersão se manifesta no confronto imediato (não mediatizada) dos diversos grupos sociais; daí, a forte "ideologização" dos conflitos sociais. O Estado autoritário reprime estes choques, mas não supera suas causas, que, sob formas modificadas, podem provocar novas explosões.

A partir destas reflexões posso circunscrever o que entendo por "crise do Estado". Começo pelo *significado de crise*, adiantando que se trata de uma das categorias políticas menos definidas. Do ponto de vista do statu quo (e da autoridade ameaçada) a situação de crise é vista como fracasso ou obstáculo da elite para controlar o desenvolvimento social. [3] Já não se estuda mais a sociedade levando em conta suas possibilidades realizadas e suas necessidades insatisfeitas mas sim considerando a estabilização da ordem. Posto que a diferença entre os países já não estaria na forma, mas sim no grau de governo, o aumento da capacidade governamental (repressiva, legitimadora, reguladora, etc.), torna-se o objetivo principal. A ordem estabelecida torna-se um fim em si. Do ponto de vista da transformação da ordem existente, o conceito de crise é determinado por dois teoremas: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e a sobredeterminação da esfera político-ideológica pela estrutura econômica. Ambos os teoremas situam o significado da crise numa teoria da revolução como a *condição da possibilidade*. Crise é tanto o acionamento de uma contradição antagônica na esfera da produção material da vida como o acionamento dos conflitos ideológicos e políticos através dos quais os homens adquirem consciência das necessidades sociais. Ambas as situações se entrecruzam e se determinam reciprocamente. Em suma: a crise econômica remete à crise política enquanto que a crise política se refere a uma crise econômica. Podemos reformular esta dupla relação em termos de "correspondência" entre problema e solução. [4] Numa sociedade determinada 1) os problemas de seu desenvolvimento são colocados pela "estrutura", 2) sua solução requer uma transformação da "estrutura", e 3) as alternativas de solução são colocadas e decididas na "superestrutura". Ou seja, enquanto a gênese da crise é atribuída à "base", sua resolução ocorre na "superestrutura" atuando sobre a "base". No caso de um desajuste (o termo é deliberadamente vago para insinuar a complexidade) entre "base" e "superestrutura", de problema e solução, existe uma situação de *crise orgânica*. Vejo a crise do Estado como um momento de uma crise orgânica.

Falta precisar o *Estado como lugar político*. A história latinoamericana do século XIX mostra como, apesar das múltiplas dificuldades, se constitui um Estado. Existe um Estado, então – em termos jurídico-constitucionais – há um território delimitado, uma população e um governo central, que exerce o poder sobre ambos, representando uma soberania nacional. A questão que se coloca é (se) se constitui um Estado burguês. Ainda que o ideário da independência esteja estreitamente vinculado ao movimento de emencipação burguesa nos Estados Unidos, França e Inglaterra, cabe perguntar-se acerca da realidade de um *Estado Nacional* na América Latina. A citação inicial de Hegel nos oferece uma linha de reflexão ao distinguir o Estado existente do Estado verdadeiro, i.é. racional. A distinção, retomada posteriormente por Marx, insinua que o Estado é algo "metafisicamente físico". Se bem que o Estado não seja uma "idéia", não é também uma estrutura de poder encarnada pelo aparato estatal. O Estado organiza a esfera de mediação da praxis social. Deve-se entender o Estado de maneira análoga ao capital, como uma relação social, relação entre os indivíduos, e por conseguinte, entre os grupos sociais de determinada sociedade. O conceito de cidadão explicita a tarefa realizada pelo Estado burguês: mediação do interesse particular de cada indivíduo com o interesse geral implícito na prática de todos. O Estado sintetiza os conflitos entre os interesses particulares (contradição de classe) sob a forma de uma esfera comum a todos (cidadania). Analiticamente, podemos portanto distinguir dois momentos do Estado: o Estado como relação de poder, baseado na luta de classes, e o Estado como forma de generalidade, resumindo a racionalidade comum (ao menos tendencialmente) das distintas contraditórias práticas. Recorrendo a Gramsci, falo de um momento de *dominação* e de um momento da *hegemonia*. O Estado impõe coercitivamente a cada indivíduo a ordem produzida pela sociedade em seu conjunto; é a unidade da coerção e da razão. A verdade do Estado reside na razão humana (enquanto produto histórico-social) [5]. O Estado é verdadeiro (racional), quando transcende a ordem como mera necessidade instrumental para a convivência social e o expressa como necessidade prática para a realização do sentido imanente da praxis social. Traduzindo em termos gramscianos: o Estado organiza, além da dominação, uma ordem ética, que expressa as tarefas assumidas pela direção político-cultural de um grupo social, como a vontade coletiva. Isto é, o Estado é verdadeiro quando expressa a razão desenvolvida historicamente por determinada sociedade, razão social representada pela hegemonia de

uma classe. O Estado está em crise quando só "existe". A crise do Estado consiste na separação entre dominação e hegemonia, é a dominação desprovida de hegemonia.

A hipótese que quero defender neste trabalho, é que o novo autoritarismo é uma das formas em que se manifesta a crise do Estado na América Latina. O período mais ou menos longo da crise fundamenta-se na redução do Estado ao momento da dominação na ausência de uma força hegemônica. O Estado não consegue expressar a razão histórica de determinada sociedade, porque as distintas práticas não conseguiram compor um sentido comum. O argumento é circular: a crise do Estado se funda em uma crise de hegemonia e a crise de hegemonia é reproduzida pela crise do Estado. Trata-se de uma crise na superestrutura, ou – dito de outra maneira – de uma incapacidade da sociedade para resolver os dois problemas propostos na base. Isto pode ser conseqüência de que a sociedade não apreende corretamente o problema estabelecido, de que nenhuma das proposições de solução torna-se vontade coletiva e/ou de que o projeto de solução não é adequado ao problema. Não pretendo explicar as causas da crise do Estado, limito-me a descrever alguns dos elementos que a configuram.

Adianto, em prosseguimento, um primeiro esbôço do contexto social da crise. Numa perspectiva histórica indispensável para nossos propósitos, a suposição é de a sociedade e o Estado não coincidem. Não existe uma Sociedade Civil relativamente homogênea, em que os indivíduos se encontrem numa interação geral. A unidade administrativa do Estado engloba um arquipélago de unidades sociais relativamente isoladas. A heterogeneidade das relações de produção se manifesta na fragmentação do processo de produção e de circulação. Não existe uma esfera única de circulação e, portanto, falta base material para a existência de cidadãos livres e iguais. Se o mercado (livre intercâmbio de valores comensuráveis) é o âmbito social em que surge a "sagrada família" de liberdade, igualdade e propriedade privada, resumida na noção de cidadão, então a falta de um mercado nacional subtrai à democracia burguesa o seu fundamento econômico. O desconhecimento das raízes terrestres dos sagrados princípios da democracia liberal torna estéril as intenções de realizar a ideologia democrático-burguesa na América Latina. Não existe tampouco uma esfera única de produção; quer dizer, não existe uma estrutura nacional das classes modernas. Quem sabe já se possa falar de uma sociedade de classes, mas em todo caso falta a organicidade nas relações de classe. As classes não se "colocam" (em termos da lógica dialética) uma frente à outra; a estrutura social não se baseia na relação burguesia-operário assalariado. Retornarei a estes antecedentes históricos, (capítulo II), mas quero ainda se salientar três pontos.

- como a relação política não se situar diretamente no conflito capitalista-operário assalariado, que no século XIX centro – europeu permitia um Estado a-político (o chamado "Estado guardião"), a política não adquire a aparência de uma independência sobre a Sociedade Civil.
- O conflito político, ao não se estabelecer sobre um antagonismo de interesses de classes "em e para si", tem um caráter difuso: povo-oligarquia. Isto devolve ao poder público uma certa autonomia, mas uma autonomia passiva (do tipo "divide e impera"). Isto é, o forte predomínio do aparato estatal não expressa um "interesse geral", mas se insere dentro da disputa de racionalidades particulares.
- A desagregação social não pode gerar um bloco ideológico que colija a sociedade em torno de um sistema de símbolos, valores e normas. A falta de comunicação social manifesta, às vezes, a ausência de um acordo normativo sobre o que deveria ser a ordem social, assim como a ausência de uma consonância cognitiva acêrca do que seja a realidade social. Conseqüentemente, não há um ponto de referência onde fundar as regras básicas de procedimento para a ação política. Esse quadro torna difícil a tarefa de dar nome ao "latino-americano". Como definir "América Latina" quando "gente de fora, moradores dos subúrbios da história, os latino-americanos somos comensais não convidados que penetraram pela porta dos fundos do ocidente, os intrusos que chegaram à era moderna quando as luzes estão quase se apagando. Chegamos tarde e todas as partes, nascemos quando já era tarde na história e tampouco temos um passado ou se o temos o esculpimos sobre seus restos" (Octávio Paz). Dando conta desta inorganicidade, in-comtemporaneidade ou como se queira chamar este labirinto da cultura autóctona, podemos caracterizar as sociedades latino-americanas mediante um contraste com a sociedade capitalista avançada. Dentro destes modestos limites, destaco dois traços típicos da sociedade latino-americana: 1) *subordinação do processo de acumulação do capital ao movimento do mercado mundial (dependência em sentido estrito)* e 2) *justa e sobreposição de diferentes relações de produção* (heterogeneidade estrutural). Estas características vão mais além da esfera econômica determinando o processo social na sua totalidade. Enquanto a "dependência" dá lugar à vigência de uma hegemonia externa (capítulo III), a "heterogeneidade estrutural" dificulta a construção de uma hegemonia, que surja da mesma sociedade

---

3 Cf. *Binder, Leonard* et al: Crises and Sequences in Political Development. *Princeton 1971. Para uma crítica de enfoque* em *Bernstein, H.: Breakdouwn of Modernization, in* Journal of Development Studies *8/2, Janeiro de 1972 e Kesselman, M.: Order or Movement. The Literature of political development as ideology, in* World Politics *26/1 Outubro de 1973.*

4 Cf. *Hebermas, Jürgen: Zur Rekonstrultion des Historichen Materialismus, Suhrkamp, Frankfurt 1976, que retoma a colocação original de Marx. Prefiro sublinhar uma discussão dos teoremas, apresentando as categorias entre aspas.*

5 *A freqüente denúncia de que o "interesse geral" sintetizado pelo Estado burguês é só aparente por tratar-se, de fato, do interesse particular do capital, não deveria ignorar que sob esta falsa generalidade existe uma outra generalidade (tendência) como expressão do grau de desenvolvimento concreto da razão humana em determinada sociedade. Penso, sem poder explicitar a reflexão neste contexto que o nível alcançado pela evolução da razão em determinada sociedade é um critério de generalidade que – englobando a estrutura de classes – se manifesta no Estado moderno.*

(capítuloIV). O Estado relaciona a hegemonia externa com a estrutura de dominação interna sem conseguir formar um Estado nacional. A constituição de um Estado nacional supõe um processo de emancipação, que gera um projeto histórico a partir da prática popular. "O latino-americano" se constitui, portanto, num duplo movimento de determinação externa (negação do nacional) e de redeterminação interna (negação da negação) no qual se insere tanto o novo autoritarismo como o socialismo (capítulo V).

II Antecedentes Históricos

Guerra nacional e guerra civil

Desde as guerras de Independência se coloca o difícil problema, ainda não resolvido, da relação entre a questão nacional e o conflito social. A luta contra o estrangeiro faz supor uma integração social baseada no "nacional". Entretanto, nem antes nem durante as guerras contra a Espanha se fortalece uma identidade nacional. A independência é adquirida menos pela coesão dos patriotas do que pela debilidade interna da metrópole.

As guerras de Independência são mais campanhas militares do que lutas populares. Houve, sem dúvida, movimentos de libertação precursores. As grandes rebeliões indígenas do século XVIII são rebeliões sociais que se apóiam nos resquícios da organização indígena e da tradição cultural. Tomam a forma de insurreição, que, caminhando no sentido de uma revolução anticolonial, visa, de fato, os bens da população creôla.. Também há rebeliões antifiscais dos grupos creôlos. Mas, neste período, a rebelião sontra a autoridade colonial se volta rapidamente contra as altas classes creôlas. O mêdo comum da "plebe" unifica, por largo espaço de tempo, a aristocracia creôla com a administração espanhola. No Peru, onde a lembrança das rebeliões populares era mais viva (Tupac Amaru), a oligarquia creôla foi mais pertinaz em cortar seus laços com a metrópole protetora. O temor da oligarquia creôla com relação a uma mobilização social reprime qualquer intenção de insurreição popular.

É verdade que a cobrança injusta de impostos, a arrogância administrativa e a crise econômica formam um terreno comum de oposição de toda a população. E a oligarquia insiste na tese de que o grupo nacional é subjugado coletivamente. Mas a exploração da mão-de-obra indígena, negra e mestiça pelas minorias creôlas mantém vivas as diferenças sociais. A consciência nacional surge mais como determinação externa (reconhecimento por Londres e Washington) e como consciência estamental do que como uma experiência comum dos cidadãos. O recurso à "pátria" não cria uma identidade que identifique o território com uma nação. Daí, os dois processos complementares nas primeiras décadas da independência: luta precoce entre conservadores e liberais pela forma do Estado e rápida preponderância do governo central como principal mecanismo unificador.

Uma Revolução Política

Duas tarefas se superpõe na construção do Estado na América Latina: conquista da unidade territorial e integração da comunidade social. As duas tarefas são abordadas contíguamente à ordem colonial: respeito pela antiga divisão administrativa das regiões e pela estrutura hierárquica das formações sociais. A independência não é uma luta "anti-feudal" contra uma ordem social baseada em privilégios. Não se trata de impor relações capitalistas de produção mas sim de restabelecer a ordem da propriedade rural sob a forma política da república. Sob o predomínio da propriedade rural, a esfera econômica e a esfera política não conseguem distinguir-se nitidamente. Entretanto, o que os protagonistas realizam como uma restauração encobre uma mudança radical. A coação extra-econômica do "pacto colonial" e substituída – no comércio externo – por um intercâmbio entre partes livres e iguais.

As economias dos novos países continuam a ser orientadas pela exportação. O controle externo ou nacional do setor exportador e, portanto a forma de inserção no mercado mundial condicionam as estruturas sociais. A articulação da sociedade latino-americana com o mercado mundial depende tanto das demandas dos países industrializados como da estabilidade política interna. É difícil indicar em que medida a normalização do comércio externo condicione a consolidação política interna, inversamente em que medida a institucionalização da nova ordem política influi na inserção econômica. Em todo caso, cabe reter que os novos Estados latino-americanos se consolidam no mesmo momento em que se consolida o modo de produção capitalista na Europa (Inglaterra). A "restauração" da ordem social tradicional se realiza dentro dos precários limites da nova divisão internacional do trabalho provocada pela Revolução Industrial. Se uma simples "restauração" no plano internacional não se dá, ela tampouco se dá no plano interno. É verdade que o caudilhismo da primeira metade do século XIX aparece como uma forma política da restauração social (exceção feita a casos como Artigas no Uruguai). Este período, no entanto, pode também ser interpretado como sendo intermediário entre o mercantilismo do absolutismo bourbom e a posterior primazia do aparato estatal – período em que o espírito capitalista faz sua entrada pela via política. O caudilho – como o *condottiero* (patriota republicano) renascentista – não pode recorrer à legitimidade tradicional. A ruptura entre o baixo clero (o Papa e a Santa Aliança defendendo o statu quo) e a hierarquia eclesiástica destitui a auréola religiosa do poder político. O poder torna-se uma relação empírica. O caudilho estabelece o seu poder na base da sua iniciativa pessoal. É um empresário político, um empresário da guerra. A aventura guerreira e o risco comercial confluem; poder econômico e poder político se compenetram. O poder conquistado pela força das armas e por uma rígida personalidade, sem nenhuma tradição, se mantém graças a um cálculo feliz. Estado e caudilho chegam a ser identificar na figura do empresário.

O Aparato do Estado

Na América Latina, o aparato estatal é mais do que a objetivação do poder político. O Estado se forma em torno da burocracia civil e militar. A tradição burocrática é anterior ao Estado soberano. No período da Colônia, a vida se encontra sob a tutela da burocracia espanhola. A primeira colonização do novo continente pelos novos conquistadores é recuperada em poucos anos por uma segunda colonização administrativa que institucionaliza uma ordem social de acordo com os interesses metropolitanos. A burocracia é a garantia do pacto colonial. A reforma administrativa levada a termo no século XVIII pelos Bourbom aumenta a eficácia burocrática. A burocracia colonial busca controlar todas as dimensões da sociedade. Regula a vida econômica (especialmente o comércio com a metrópole), governa a vida política (controlando a lealdade da oligarquia creôla e reprimindo a mão-de-obra indígena), exerce um forte controle cultural (inquietação) e assegura o predomínio militar (defesa da unidade interna e externa do Império). Ainda que a oligarquia creôla consiga impor freqüentemente as exigências sócio-econômicas do seu desenvolvimento, é preponderante a presença do aparato administrativo.

Uma vez conquistada a independência, as classes dominantes, desagregadas durante o período inicial do caudilhismo, encontram posteriormente na burocracia cívico-militar o eixo que aglutina o bloco político. A consolidação de uma administração pública supõe a repercussão econômica dos grupos urbanos, requer a unificação e profissionalização das forças militares assim como a inserção de caudilhos locais como intermediários da administração central. Este processo se vinvula à entrada de capital estrangeiro, seja na forma de empréstimo, seja por meio do comércio exterior. Os novos Estados vão tomando forma na medida em que se consolida a base econômica do governo central. Controlando parte importante da riqueza social, a burocracia exerce uma grande influência. Apesar da sua menor dependência da Sociedade Civil, o Estado não deixa de ser o terreno de compromisso em que as classes dominantes organizam o processo social. O aparato do Estado deve responder a interesses particulares e ao mesmo tempo expressar uma unidade nacional. A permeabilidade do aparato estatal se consegue mediante a tradicional confluência de uma rígida normatividade (orientada pelo "deve ser") e uma acentuada centralização, compensadas, por um lado, por uma descentralização de fato (seguindo o ditado "se acata mas não se cumpre"), um sistema de "cheks and balances" mediante diversos organismos imbricados, e por outro lado, um paternalismo presidencial. Aplicando os critérios de Weber em relação às burocracias correspondentes a uma autoridade de legitimação carismática, tradicional ou legal, é evidente a mistura dos diversos atributos; fenômeno que explica a flexibilidade com que o aparato se acomoda a diferentes regimes. Não que tenha faltado uma permanente preocupação em fortalecer e racionalizar a burocracia, tanto maior quanto mais notória a ausência de uma identidade nacional. Para compensar a falta de um a coesão de valores e de normas na sociedade se recorre ao "intervencionismo estatal". Se busca na racionalidade formal da burocracia e o seu "esprit de corps", um substituto para a integração social. Isso significa transferir múltiplas funções ao aparato do Estado, que requer um grande aumento da sua capacidade executiva. Não é, portanto, casual, que surjam ditaduras cujo objetivo primordial seja o fortalecimento do aparato estatal como meio para instaurar a unidade nacional. É o caso, de uma e outra maneira, do doutor França no Paraguai, de Rosas na Argentina, de Garcia Moreno no Equador, de Gomes na Venezuela ou do Porfiriato mexicano.

Autoritarismo e democracia

Finalmente, cabe assinalar os antecedentes para aquele ciclo de autoritarismo e democracia que parace ser circular na América Latina. O chamado "Estado oligárquico" do século XIX se encontra diante da dificuldade de compatibilizar uma base social, determinada pela oligarquia latifundiária, com uma função econômica, determinada pela sua inserção na divisão internacional do trabalho. A cultura agrária, que governa o processo social, entra em contradição com a ideologia liberal, exigida pela vinculação ao mercado mundial. No confronto entre a ordem tradicional de uma sociedade hierárquica com a ordem capitalista da economia mundial, o Estado se constitui como contradição entre um conteúdo oligárquico e uma forma democrática.

Contudo, por detrás da precoce vitória do liberalismo, se oculta uma dupla ambigüidade. Nas relações externas, o liberalismo enquanto soberania das partes é contraditório com a dependência econômica. Nas relações internas, o liberalismo enquanto democracia é contraditória com a dominação oligárquica. O Estado não é nem plenamente soberano (dominação externa) nem plenamente nacional (cidadania restringida).

III A Base Externa da Dinâmica Social

Não é possível realizar uma análise política da América Latina sem considerar o "condicionamento econômico". Não interessa aqui resumir estatisticamente os fatores que influem na estrutura econômica nem se trata de analisar alguns dos principais problemas (como, por exemplo, a distribuição de renda) que cristaliza as alternativas políticas. Com relação ao nosso tema, teríamos que estudar frente a todo o processo no qual se interligam o circuito interno da acumulação do capital com o processo internacional, ou seja, o imperialismo. Não obstante, esta relação encontra-se teoricamente, pouco elaborada. Limito-me pois a uma breve descrição, seguindo o enfoque proposto pela Comissão Econômica par a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas.

A relação entre a economia latino-americana e a economia mundial pode ser caracterizada por um duplo movimento: *marginalização relativa e in-*

serção subordinada.[6] De um lado, os vínculos entre os centros metropolitanos e a periferia latino-americana perderam importância por causa da crescente integração dos países capitalistas desenvolvidos entre si. A América Latina continua sendo um mercado abastecedor de matérias-primas indispensáveis e um importante mercado comercial. Mas as estatísticas das duas décadas 1950-1970 indicam uma diminuição na quota latino-americana nas importações realizadas pelas economias capitalistas avançadas e uma menor participação nos investimentos norte-americanos diretos. Isto faz pensar que as economias latino-americanas tem um papel menor no circuito internacional da acumulação capitalista. As facilidades de exploração da mão-de-obra barata não compensam o nível de produtividade que oferecem economias de alto desenvolvimento tecnológico. A nova situação criada pela incipiente cartelização dos países exportadores de certos recursos naturais pode melhorar a posição mercantil de alguns países. Mas a mesma vulnerabilidade das economias capitalistas desenvolvidas reforçou a defesa de seus interesses comuns. A estratégia da alianças trilateral (USA, Europa Ocidental e Japão) se opõe ao estabelecimento de uma nova ordem mundial em consonâncias com o desenvolvimento independente dos países do Terceiro Mundo.

Por outro lado, as economias latino-americanas encontram-se fortemente inseridas no mercado mundial, especialmente como pontos intermediários no processo do capital multinacional. Pode-se falar de uma inserção negativa na medida em que o pagamento de utilidades pelos investimentos estrangeiros e o montante dos serviços por uma dívida externa em aumento constante deixa pouca margem de manobra sobre o excedente. Basta recordar que em 1970 o coeficiente entre o serviço da dívida e o endividamento total flutuava em torno de 15% para toda a América Latina, frente a pouco mais de 6% para o resto do Terceiro Mundo.

Em alguns países como a Argentina, México e Uruguai, ultrapassava os 20%. Ao mesmo tempo, o proveito dos direitos sobre as utilidades geradas pelas inversões privadas, produziu na década de 60, um saldo negativo cada vez maior nos movimentos do capital privado: de - 4.100 milhões de dólares em 1960 passou a 5.264 milhões em 1965-69. Junto com a inserção negativa se dá uma inserção positiva, na medida em que o investimento direto no setor secundário subordina o processo de industrialização à dinâmica das economias centrais.

Neste duplo movimento de marginalização e inserção, o processo de acumulação "nacional" é determinado pelo processo do capital em escala mundial. O processo de produção não possui a sua dinâmica na mesma sociedade mas sim fora dela. A "lógica do sistema" é imposta pelo capitalismo enquanto totalidade de dimensão mundial e tem seu motor nas regiões de maior desenvolvimento do capital. Não se trata somente da racionalidade econômica. O processo social de produção cria ao mesmo tempo as condições materiais e as condições sociais de vida. O grau de racionalidade tanto nas relações sociais como nas instituições políticas está vinculado à racionalidade nas relações econômicas.

Somente nos últimos anos se abandonou uma visão economicista do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas. Inclusive entre marxistas era comum a redução da economia política às relações econômicas e uma concepção naturalista das forças produtivas. (A admiração que Lenin ou Gramsci conferem às modernas relações industriais, hoje nos parecem ingênuas). É indispensável considerar o processo de produção como um fenômeno sócio-cultural e como um processo político. Atualmente, tudo indica que ciência e técnica não são somente forças produtivas de primeira ordem, mas que representam simultaneamente determinadas relações de produção. Não são neutras, externas ao modo de produção, mas convém valores e interesses específicos. A universalidade da tecnologia é apenas aparente porque camufla os interesses da classe dominante que impulsionam e condicionam determinada forma de tecnologia em detrimento de outra. A "universalidade" da tecnologia corresponde à "universalidade" das relações capitalistas de produção. Isso sugere que a industrialização, centro dos debates sobre estratégias do desenvolvimento econômico não é uma mera questão técnica. A América Latina enfrenta um processo de *industrialização teledirigida* cuja função principal consiste em reproduzir as relações capitalistas de produção na escala de um sistema capitalista integrado mundialmente. Tal "industrialização importada" submete o desenvolvimento das forças produtivas da região - através das mediações do mercado mundial - ao interesse do capital privado. Toda a discussão sobre as formas de "assimilação" da tecnologia metropolitana só escamoteia o problema de fundo.*

A industrialização teledirigida não se orienta em função das necessidades sociais dos povos latino-americanos, mas está determinada fundamentalmente pelo processo de valorização do capital privado. Mais ainda: a dominação tecnológica determina as necessidades sociais em função da oferta dos centros de produção, reprimindo toda necessidade "disfuncional". Isto é, a satisfação das necessidades obejtivas das sociedades latino-americanas é substituída - sob forma de "questão técnica" - pela satisfação das necessidades exigidas pelo processo de acumulação. Ademais, de uma "satisfação substantiva" das necessidades sociais, a industrialização teledirigida num processo de sutorepressão. Trata-se de uma estratégia de "contra-insurreição" que procure alimentar alternativas de processo social e liquidar toda possibilidade de desenvolvimento autónomo. Nesse sentido a importação de tecnologia funciona como um

6 Cf. *Anibal Pinto e Jan Kñakal: O sistema centro-periferia, 20 anos depois, CEPAL, Santiago, Agosto de 1972 (mimeo).*

* *Cabe acrescentar que a industrialização - considerando a região no seu conjunto - é mais uma tendência do que um fato. Se a enfatizo, é pela importância da consequente transformação da consciência social. Como assinalo a seguir, parecême mais importante o impacto ideológico do que a inovação estritamente econômicas do processo de industrialização, por ser, na superestrutura, o lugar onde se manifesta a dinâmica externa do processo social como uma hegemonia externa.*

mecanismo psico-social de interiorização de valores burgueses. Na medida em que a tecnologia requer e produz determinadas formas de organização social, a sociedade vai interiorizando progressivamente os hábitos de consumo, as justificativas ideológicas, as normas morais correspondentes às relações capitalistas de produção. A transferência de "knou-how" em que se especializam atualmente as economias capitalistas desenvolvidas, significa o exercício de uma "violência simbólica" mediante a qual as classes dominantes dos centros metropolitanos consolidam a sua dominação.[7]

Ocorre que a industrialização, como a economia em seu conjunto, é um processo político. E podemos ver que o *locus* da dinâmica das sociedades latino-americanas se situa fora delas, nos centro desenvolvidos. Tendencialmente esta tendência tende a uma integração mundial do capitalismo. Nesse sentido se pode dizer que o capitalismo desenvolvido é o espelho do qual o capitalismo sebdesenvolvido vê seu futuro. Os contros metropolitanos procuram estabelecer o modo de produção capitalista (entendido no sentido amplo de "way of life") como base da formação social latinoamaricana. O problema do capitalismo é de não poder "capitalizar" o mundo. Mesmo Hegel vislumbrava a dialética do desenvolvimento desigual do capitalismo.[8] Pela racionalidade do sistema – e apesar da sua riqueza – a sociedade burguesa não pode solucionar o problema da miséria. É pela "necessidade lógica" da miséria das sociedades modernas que Hegel a considera um problema primordial. A miséria engendra a plebe; não pela pobreza em si, mas pela consciência que provoca, pela rebeldia contra os ricos, contra a sociedade, contra o governo. "Surge assim o mal-estar na plebe ..o não ter a honra de obter sua subsistência pelo seu trabalho, mas considerar como seu direito a garantia da sua subsistência".[9] Abandonando a racionalidade de uma sociedade determinada podemos reencontrar esta mesma dialética no plano internacional da luta de classes (mediado pela contradição entre "países ricos" e "países pobres"). A tragédia da "plebe" latinoamericana é a de não poder basear seu desenvolvimento naquilo que é a base do desenvolvimento do capitalismo: o trabalho. O capitalismo coloca o trabalho como meio do desenvolvimento individual e coletivo, mas não permite a todos exercer esse direito; marginaliza a plebe. O desenvolvimento capitalista não é universalizável; a existência de uma massa marginal é imanente ao capitalismo. Em outras palavras: "a grandeza do liberalismo do século XVII foi a afirmação do indivíduo livre e racional como origem da boa sociedade; a sua tragédia foi que essa afirmação realssava necessariamente o individualismo para a metade da nação".[10] Um direito formalmente comum, só pode ser realizado na medida em que um grupo exclue outro ao mesmo tempo em que se mantém a ilusão de uma forma geral para todos. Considerando em termos de um capitalismo em escala mundial: ou "modelo de desenvolvimento" da sociedade capitalista, não é um projeto generalizável, mas tem que aparecer como uma vontade geral para poder ser realizado convenientemente. As sociedades capitalistas desenvolvidas requerem o predomínio de um projeto político-cultural de emancipação burguesa tanto para garantir o seu desenvolvimento quanto para impedir projetos alternativos. Ou seja, a sua hegemonia se baseia na negação de uma hegemonia alternativa.

Voltemos à evolução histórica. Desde o "pacto colonial" a América Latina foi condicionada pelos interesses de uma metrópole. Na época colonial havia uma funcionalidade direta em que o processo econômico se encontrava envolvido em uma estRutura administrativa e uma cultura legitimadora que compunham a "idéia imperial". Superada a proteção da coroa, aparece claramente o motor externo da economia. A nova ordem política idoelógica adquire uma autonomia relativa em relação à ordem econômica; as relações capitalistas de produção e as normas da democracia liberal se expandem como duas tendências paralelas, e não como uma unidade orgânica. Cabem dúvidas se já se pode falar em "dependência". A posição da Grã-Bretanha como principal centro, se baseia em um intercâmbio complementar. As exportações agro-pecuárias latino-americanas possuem então a sua racionalidade (e não mera justificativa ideológica) nas vantagens "comparativas" na posse da terra e mão de obra. As crises inglesas nas décadas de 30 e 40 e a grande depressão de 70 no século passado indicam as convulsões no desenvolvimento do capitalismo industrial. A burguesia se assegura da expansão colonial, que neutraliza o antagonismo intra-societal para a exploração internacional. O surgimento do imperialismo no final do século passado, significa a formação de uma nova ordem mundial em torno dos centros

7 *Expus esta reflexão mais detalhadamente em "La ayuda externa en la estratégia imperialista", Centro de Estudos de la Realidad Nacional, Santiago 1972 (mimeo).*

8 *No parágrafo 245 da* Filosofia do Direito *diz: "se às classes endinheiradas fôsse imposto o tributo direto ou se em outra propriedade pública (hospitais, missões, conventos ricos) existissem os meios imediatos para manter as massas que caem na miséria, na condição de seu ordinário modo de viver, a subsistência dos indigentes estaria assegurada sem ser provida pelo trabalho, situação que estaria contra o princípio da Sociedade Civil e da consciência dos seus membros, de sua autonomia e dignidade; ou, se aquela subsistência fosse solucionada pelo trabalho (pela oportunidade de trabalhar), se acrescentaria a quantidade dos produtos, em cuja superabundância e na falta de suficientes consumidores, produtores eles mesmos, reside, por certo, o mal que das duas maneiras somente se acrescenta. Aqui põe-se em evidência, que em meio ao* excesso de riqueza *a Sociedade Civil* é suficientemente rica, *quer dizer, não possui suficientes faculdades para remediar o excesso de miséria e a formação da plebe".*

O extraordinário de Hegel é haver aprendido conceitualmente a contradição na relação de capital, ainda que sem compreender sua dinâmica. Marx desenvolverá posteriormente a forma de trabalho (assalariado) como limite do capital.

Ao indicar a incapacidade do capitalismo "capitalizar" o mundo, não nego o desenvolvimento (extensivo e intensivo) das relações capitalistas de produção. Vendo México ou São Paulo é inubitável a existência de uma "capitalização". Porém tal expansão na Inglaterra do século passado, por exemplo. Trata-se de uma "capitalização" no marco da internacionalização das relações capitalistas de produção, ou seja, de um momento do desenvolvimento desigual do capitalismo.

9 *Hegel:* op. cit.*: parágrafo 244, nota.*

10 *MacPherson:* The Political Theory of Possesive Individualism. *Oxford 1965, pg. 262.*

industriais. É somente ex post, pela dinâmica inere à divisão internacional do trabalho, que o que era "atrazo" se transforma em "subdesenvolvimento". Entendemos por "capitalismo subdesenvolvido" a incapacidade estrutural dos países latinoamericanos em desenvolver mediante seus próprios recursos os meios de produção (bens de capital) que correspondem aos modelos mundiais de industrialização. No começo do século XX se consolidam situações de dependência estrutural iniciadas através da política livre-cambista (asfixia da produção manufatureira), da industrialização polarizada (enclaves), do controle das inversões (capital financeiro europeu) e da racionalização cultural (hábitos de consumo, normas jurídicas, interpretações filosófico-artísticas). A determinação da economia latino-americana se fortalece no auge dos Estados Unidos, cujo desenvolvimento industrial não depende da importação de recursos naturais. O subdesenvolvimento que no século XIX é definido pela Revolução Industrial, no século XX, o é pela produção científico-tecnológica. Possuindo uma base econômica, o subdesenvolvimento nã é uma questão econômica. Dentro da dominação tecnológica que exercem as sociedades capitalistas desenvolvidas se expressa uma dominação político-cultural. Predominam economicamente porque impõem a sua interpretação do mundo, seu modo de vida, que identifica o desenvolvimento capitalista com o progresso histórico. Possuem a hegemonia do processo mundial, porque conseguem definir as tarefas da humanidade. É claro que essas tarefas se estabelecem em relação ao desenvolvimento das nécessidades sociais, e por conseguinte das bases materiais. Mas não há uma determinação unívoca para o desenvolvimento econômico; entre as metas possíveis temos que selecionar e legitimar politicamente as tarefas desejadas. Nesta perspectiva, afirmo, que, a América Latina não consegue a independência econômica porque não alcança a emancipação política. Na ausência de alternativa se confirma diariamente a

Uma desagregação social

A maioria dos países latinoamericanos vive um profundo estremecimento de suas estruturas por volta dos anos 30. Na Argentina, em 1930 o general Uriburu extingue a democracia das classes médias conduzida por Hipólito Yrigoyen; No Chile, o regime parlamentar é abafado pelo golpe de 1924/25 e a posterior ditadura do general Ibañez (1927-31); no Brasil, Getúlio Vargas inicia em 1930 o seu regime; na Guatemala se instala a ditadura do general Ubico, (1931) na República Dominicana a do general Trujillo (1930) e em Cuba a de Machado (1925-33) enquanto que a Venezuela conhece um processo de mudanças sob a ditadura do Gomes (1908-35). Esta explosão de golpes militares e lutas sociais marca o desmoronamento do "Estado Oligárquico" do século passado.

Os levantes populares da época pareciam expressar mais uma crise na implantação do capitalismo do que uma crise do capitalismo propriamente. Ao menos o caráter anticapitalista desses movimento (semelhante à situação européia até 1848) é frequentemente pré-capitalista (artesãos) e não tende a uma supeação do regime capitalista. Predominam os motivos espontâneos e/ou milenaristas; não se entende a revolução como uma *teoria* de transformação social. Não se compreende também, a violência como um *instrumento* em função de determinado interesse social. As paixões, que surgem do interesse pessoal, devem unir-se em uma vontade coletiva para mudar a face do mundo e a rebelião transcenda o horizonte da miséria individual. Por não teorizar a transformação da sociedade, a insurreição popular é recuperada pelo movimento anti-oligárquico da burguesia.

Não dispomos de estudos comparativos que expliquem os diferentes processos que conduzem a tal irrupção simultânea. A simultaneidade da militarização naquela época (como na atual) faz pensar que as suas causas ultrapassam o âmbito local. Pode-se pensar com certas garantias, que essas rupturas socio-políticas são conseqüência de uma reestruturação economica e devem ser analizadas como um momento de reorganização do mercado mundial. Isso significa estabelecer uma relação causal entre a crise de 1929 e a chamada "crise oligárquica". Se bem que a crise de 29 tivesse – em alguns países – a sua importância como elemento detonador, teria que se estudar os acontecimentos políticos em torno de 30 dentro de uma fase maior, que se inicia no final do século XIX. Considerando um período maior, vemos que ocorre uma profunda reestruturação do mercado mundial, provocada pelo desenvolvimento do capital financeiro, que dá coerência entre a dinâmica social da industrialização nos centros imperialistas e o declínio da "ordem dos latifúndios" na América Latina. Nota-se um descompasso entre a "lógica" do conflito social na Europa, caracterizada pelo apogeu do proletariado e, na América Latina, caracterizada pela decadência da oligarquia agrária. Os países já industrializados conseguem encontrar uma saída para o antagonismo social através do fortalecimento de seus impérios coloniais e, sobretudo, mediante uma política social (redistribuição da renda), que amplia o mercado interno. O "New Deal" ou a Frente Popular marcam o apogeu do "socialdemocratismo" enquanto neutralização do conflito social mediante uma abertura da Sociedade Civil e da Sociedade Política (democratização do consumo e institucionalização da participação popular). Onde isto fracassa, surge o fascismo; controla-se o processo social, aniquilando as organizações do movimento operário e hierarquizando as demandas sociais. Estas duas estratégias do capital – super e justapostas – ocorrem ao mesmo tempo na América Latina: renovação do "bloco histórico" mediante a extensão da sua base social e restauração da ordem tradicional mediante a repressão das forças emergentes (insurgentes).

As "crises de 30" são a tomada de consciência política de uma nova determinação da região, que vinha sendo gestada desde o final do século XIX: o subdesenvolvimento. Por um lado, as exportações latino-americanas (matérias primas e produtos agro-pecuários) encontravam um acesso cada vez mais difícil nos mercados europeu e norteamericano; por outro, perdeu-se a oportunidade de realizar por seus próprios meios a Revolução Industrial. A América Latina descobre que já não

existe "intercâmbio igual", que há uma nova divisão social do trabalho, que depende da dinâmica da industrialização e tenta redefinir a sua situação em função da nova racionalidade.

Estas intenções de reorganização ocorrem sob condições de "igualdade social". Nenhum grupo ou classe social possui a força econômica para impor seu interesse particular nem possue a força política para criar um interesse geral. A oligarquia agrária perdeu sua dominação, mas conserva uma presença poderosa. As chamadas "classes médias", surgidas na sombra do aparato estatal, fazem sua pujante aparição na história política, mas na falta de uma base econômica não conseguem desenvolver um projeto social. A incipiente burguesia industrial não encontra na substituição de importações (indústria leve de bens de consumo) um motor com suficiente impulso para rearticular o processo social. Esse tipo de industrialização cria uma classe operária, mas o contrôle estrangeiro – direto no caso dos complexos mineiros, mas indireto na manufatura – impede o desenvolvimento de uma burguesia nacional. O único objetivo comum existente entre estes grupos sociais é a exclusão dos camponêses. Desmorona-se a "cultura do latifúndio" em que se baseou a ordem tradicional sem dar lugar a um novo "pensamento comum". A crise torna evidente a ausência de uma hegemonia interna; evidência, no entanto, escamoteada por esta mesma ausência. Daí, as dificuldades de uma tomada de consciência e sua dimensão preferentemente literária (a reforma universitária de Córdoba em 1918, a geração de 20 no Peru, o modernismo brasileiro, etc.). Nessa situação criada pela crise das economias agrárias e mineiras, pelas crises locais e mundial das instituições liberais, pelos esforços de uma industrialização autônoma, pela crise de legitimidade do poder oligárquico, pela crescente pressão popular e pela dependência social dos setores médios, surge o "populismo".[11] Em traços gerais, pode se definir como uma estrutura institucional de tipo autoritário e semi-corporativo, uma orientação econômica de tendência estatizante e industrializante e uma orientação política de tendência nacionalista, anti-liberal e anti-oligárquica. Trata-se de uma negociação entre uma oligarquia decadente, mas que guarda o contrôle de economia, umas "classes médias" em ascensão, mas sem autonomia para introduzir mudanças na estrutura econômica e institucional, e setores populares urbanos mobilizados, mas com uma presença difusa e desorganizada. A pecularidade do populismo, segundo Weffort,[12] é que ele surge como forma de dominação em condições de "vazio político" na qual nenhuma classe possui a hegemonia e precisamente porque nenhuma classe se mostra capaz de assumí-la. Trataria-se de uma crise de hegemonia; e oligarquia perdeu a direção político-moral da sociedade e nem os setores médios, nem as mesmas populares, têem força para substituí-la. A pressão popular força uma ampliação do consumo e da participação política, isto é, reinvidica a compatibilização do desenvolvimento econômico com a democracia como a nova tarefa, mas é incapaz de levá-la a termo.

Porque nenhuma classe consegue ser hegemônica? Porque nenhuma classe consegue transformar os seus interesses particulares num interesse geral da sociedade no seu conjunto? A queda do Estado oligárquico, da "ordem do latifúndio", coloca em evidência a desagregação da sociedade. Esboçando uma primeira abordagem conjunta de um quadro impressionista dos atores políticos, nota-se a ausência de 'stateness'[13] ou estatalidade que deixa em descoberto a queda do "Ancien Regime".

As massas: geralmente caixa de ressonância de outros destinos, clientela de algum senhor, carne de canhão, mas sempre presente, sempre temida. Como "povo" é a grande maioria; mas comunhão de sentimentos do que aliança de interesses, mais movimento do que organização – quando alguma força externa priva-o de sua atomização. E que distância separa os operários da grande empresa dos camponeses e "marginais"? Por serem, preponderantemente produto da violência, só conhecem a rebelião.

A oligarquia e a burguesia: freqüentemente introzadas, matrimônio de classe e de fortuma, e também aqui há pouca especificidade de interesses e mais um conjunto de frações e entrelaçamentos em torno das grandes famílias do passado, que cooptam os administradores da sua riqueza. Não há uma "burguesia conquistadora", nem econômica nem politicamente; especuladores do presente sem visão do futuro; como "homens públicos" são investidores, que cuidam dos seus negócios e se disfarçam de "estadistas".

A burocracia civil e militar: com a tradição colonial como ponte para os interesses metropolitanos, busca nas empresas públicas os pilares da sua negociação giratória. Busca a legitimação incorporando os partidos na sua folha de pagamentos. Produtora de normas "par excellence" atrai os intermediários, compensa a rigidez do legalismo pelo paternalismo presidencial e a corrupção administrativa, e não deixa de invocar a "raison d'Etat" para justificar aquilo que sempre foi a sua missão especial e especializada: a repressão.

Os partidos políticos: na ausência das classes modernas eles são o templo das classes médias – como todo comerciante procurado pelos seus serviços e repudiado pelos seus custos. Frente às massas estão em confronto excludente por representar a identidade nacional, apesar de estabelecerem variadas simbioses com a administração pública, calculando a sua função legitimadora pelo número de ministros.

O governo: se o parlamento for a idéia metafísica da nação, o presidente é a sua encarnação personalizada. Inclusive o tecnocrata moderno adota a figura venerável do pai. Jura sobre a Constituição, mas governa com pernomalismo plebiscitário.

11 *Fez-se um uso tão extensivo do termo que sua validade levanta dúvidas. Empregado originalmente para caracterizar os regimes de Vargas e Perón, também se estendeu às denominadas "revoluções nacional-populares" do México e Bolívia (1952), às campanhas de Gaitán na Colômbia, aos governos civis da Venezuela, às experiências chilenas da Frente Popular, (1938) e da Democracia Cristã (1964) citando inclusive populismo militar peruano (1968).*

12 *Weffort, Francisco: O populismo na política brasielria, in Furtado* et al, *in* Brasil hoy, *Siglo XXI, México 1970.*

13. *Nettl, J. P.: The State as a Conceptual Variable, in* World Politics *20/4, Julho de 1968, pg. 559-592.*

Os sindicatos: não podem fazer mais do que permite a heterogeneidade do movimento operário (as relações de produção), procurando negociar com a administração pública os detalhes da exploração cotidiana. Mas em situações de crise, quando a desagregação torna visível o antagonismo social, são a expressão mais nítida do movimento social.

A fragmentação da Sociedade Política remete à Sociedade Civil. A desagregação das forças sociais está na raiz da dispersão das organizações políticas, inclusive o Estado. A base de minha hipótese – uma crise da hegemonia – é que o espaço social e espaço estatal não incidem. Não existe na América Latina (com excessão dos países do cone sul) uma Sociedade Civil relativamente homogênea, que abranja todo o território e relacione toda a população entre si.[14] Mesmo hoje em dia, a maioria das sociedades da região caracterizam-se por uma heterogeneidade estrutural: diferenças étnicas, separação da cidade e do campo, entre a serra e a costa, distância entre a economia exportadora e a economia de subsistência, divórcio entre o circuito financeiro e o processo de produção. A Sociedade Civil consiste num arquipélago de unidades sociais relativamente isoladas. O espaço estatal recortado pelos limites fronteiriços não se baseia numa comunidade social. Não há uma base material comum a todos os habitantes. Falta um modo de produção comum a todos os habitantes, que interrelacione os trabalhos individuais e estruture integralmente as relações de produção, tornando comensuráveis as distintas atividades. A heterogeneidade estrutural não é somente um fenômeno econômico. A dispersão da esfera econômica se reproduz ao nível social, político e cultural. Na falta de um elemento aglutinador não existe uma estrutura social propriamente dita; existem estruturas justa e sobrepostas (o fenômeno da "marginalidade" é uma expressão primordial desta sobreposição). Tampouco existe uma estrutura política própriamente dita. A preponderância do aparato estatal como o totalitarismo ideológico latente dos partidos são formas de compensar a falta de articulação entre os cidadãos (os limites variáveis do que seja cidadania reflete a correlação das forças que constituem o Estado, mostrando o seu carater inorgânico). Tampouco existe um sistema de valores, normas e símbolos compartilhados por todos. Não há – no seu significado literal e ideológico – um "pensamento comum". Os indivíduos não podem trocar suas experiências entre si e dada a falta de comunicação social não podem estabelecer nem uma consciência cognitiva nem um acôrdo normativo. A realidade é definida pelo poder; o que é, o é pela força. Não pela força da razão mas pelo confronto de distintas nacionalidades. No lugar de uma consciência social, que interiorizada por todos fundamenta a ordem comum, se dá uma luta de distintas racionalidades, que se decide através de transações, dada a instabilidade do compromisso, definitivamente pela força bruta. Em resumo, a *heterogeneidade estrutural refere-se à ausência de uma práxis social comum.*

O desenvolvimento econômico é o problema central desde a década dos 20 até os nossos dias, marcando um período histórico que se sobrepõe às peculiaridades de cada sociedade. Recapitulamos este ponto comum. Um primeiro condicionante é a transformação do mercado mundial: a consolidação do imperialismo posterior à Primeira Guerra Mundial e o "socialdemocratismo" nos centros metropolitanos asfixia as possibilidades das economias latino-americanos de um "desenvolvimento para fora". Há uma superprodução que não encontra demanda externa, provocando uma incapacidade de importação. A saída será uma política de substituição de importações industriais, baseada na ampliação do mercado interno. Outro condicionante é de ordem social e conseqüência do anterior: o esgotamento do chamado "desenvolvimento para fora" marca a obsolência da oligarquia. O desmoronamento do seu projeto social, entretanto, não impede a sua continuidade como importante força econômica e política. Mas aflora a heterogeneidade subjacente, que move o permanente jogo de alianças entre os grupos sociais. Terceiro condicionante: a presença institucionalizada do capital estrangeiro. Incapaz de "capitalizar" as sociedades latino-americanas e de homogeneizar o processo social, é suficiente dinâmico para impor a racionalidade do "modelo de desenvolvimento capitalista". O denominado "desenvolvimento para dentro", que começa nos anos 30, não significa uma ruptura com o mercado mundial. Trata-se de uma rearticulação, sob o signo do mundo industrial.

A estratégia do desenvolvimento econômiuco se baseia no Estado. Certamente influem neste processo o protecionismo empregado pelos países centrais de industrialização tardia (Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão) e o intervencionismo estatal, inaugurado por Bismarck e principal modelo teórico desde Lord Keynes. Mas sobretudo, é uma busca de apoio no que parece ser o único centro de poder numa época de convulsão social: o Estado. O Estado moderno, no entanto, o Estado burguês não existe na América Latina. Procurando fortalecer o Estado, fortale-se o aparato estatal. Mas – em uma situação de heterogeneidade estrutural – o aparato estatal não consegue afirmar-se como administrador do "interesse geral" da sociedade.

A estratégia de desenvolvimento baseada no Estado é o que na linguagem política do continente chamou-se "desenvolvimentismo". Pode caracterizar-se pela 1) implantação e enraizamento do modo capitalista de produção, 2) simbiose das burguesias comercial e industrial com ao aparato estatal, 3) destituição do setor tradicional e peelo impedimento de uma revolução social, 4) estabilidade e expansão das relações capitalistas em escala mundial. Trata-se de uma estratégia de industrialização dinamizada por uma política de redistribuição (mercado interno), que permite uma mobilização das massas populares urbanas (legitimação). A expressão política desta modernização capitalista é o "pacto social", ou seja, a intenção de gerar um equilíbrio entre os principais grupos sociais, que permita ampliar a base social da ordem vigente sem modificá-la substancialmente. Utilizando um conceito de Gramsci podemos definir esta política como uma "revolução passiva" ou reforma restauradora. Isto é, restauração da or-

dem social, reformando o "Estado oligárquico". A tarefa colocada pela dinâmica do desenvolvimento capitalista é a constituição de um Estado nacional

Vislumbra-se o problema: desde os anos 20 e, diria, so desde então, a formação do Estado-Nação "tipo europeu" torna-se o centro do debate. Se no século XIX o Estado se restringe à estrutura de dominação oligárquica, no periodo atual deve representar a unidade nacional de determinados grupos sociais frente a um sistema mundial.) "sistema internacional" enquanto sistema de Estados soberanos que comça a esboçar-se no séculoXVI adquire toda a sua força recente com o imperialismo. A universalização do capital num mercado mundial hierarquicamente estruturado coloca o problema nacional; o Estado nacional é o *constituens* e *constituendum* do imperialismo. No século passado, o Estado garantia a soberania territorial dos privilégios oligárquicos; bastava que fosse uma administração central baseada na legitimação *horizontal* entre os proprietários privados. Atualmente, a integração do mercao mundial requer 1) Eestado que sintetize a Sociedade Civel e portanto, 2) um Estado nacional enquanto estruturação e delimitação de subunidades de relações capitalistas de produção. A formação de um Estado nacional supõe uma legitimação *vertical* entre do minantes e dominados. Coloca-se a contradição constitutiva do Estado burguês entre o geral e o particular numa sociedade de classes: ser ao mesmo tempo expressão de uma dominação de classe e de uma comunidade de todas as classes. Na América Latina ocorre uma dominação de classe, mas esta não consegue assumir uma forma universal. A heterogeneidade estrutural, ou seja, a ausência de uma práxis social comum, impede a constituição de um interesse geral. A unidade dos diferentes grupos sociais define-se em relação a uma racionalidade externa à sociedade – a lógica do capital privado em escala mundial. Falta à sociedade um elemento aglutinador que permita generalizar tal ou qual interesse particular; o poder coercitivo é um atributo privado. Em termos gramscianos: a dominação encontra-se desprovida de hegemonia. Há uma separação entre direção e coerção; o poder exercido em determinado espaço "nacional" tem sua razão de ser num espaço "internacional". [15]

Falta estudar porque se dá esta "crise de hegemonia", quer dizer, porque nenhum grupo social consegue construir uma direção político-moral do processo social. Voltando a esta pergunta crucial, colocada no parágrafo anterior, quero abordá-la agora *ex negatione* como o fracasso do reformismo. O reformismo é a intenção fracassada de construir uma hegemonia. Sem poder dar uma explicação do fracasso, chamo a atenção sobre três elementos que ajudam a entendê-lo. Em primeiro lugar, cabe destacar a ausência de uma revolução burguesa na América Latina. A burguesia não é uma classe nacional. Não o é em um duplo sentido. De um lado, não consegue unificar os distintos grupos sociais em forma de nação. Não consegue relacionar o mundo urbano com o mundo rural, não consegue enraizar os valores burgueses como sentimento comum de toda a população, não consegue desenvolver instituições políticas com ampla participação política e, enfim, não consegue estabelecer uma identidade coletiva. Por outro lado, sua racionalidade, não reside no espaço nacional. Seus interesses são determinados externamente pela evolução mundial do capitalismo. A burguesia latino-americana não tem autonomia. Pode-se generalizar a afirmação de Martins; "a incapacidade histórica de uma burguesia industrial, considerada em seu conjunto, em formular um projeto nacional, seja pela sua dependência do "capitalismo central" ou dos grupos internos detentores do poder, seja pelo divórcio criado pelo processo entre a racionalidade ao nível de empresa e a racionalidade ao nível de sociedade, torna impossível a implantação de um sistema de dominação próprio, que seja capaz de obter a legitimação necessário. [16] Sua dependência externa impede de dirigir a integração social e a falta de integração social exige o permanente recurso a coerção direta.

Um segundo elemento a considerar são as chamadas "classes médias". A tensão entre a dominação interna e a hegemonia externa como sendo a contradição constitutiva do Estado a "longo prazo" (Braudel) deve ser matizada. Existe, de fato, um tipo de "hegemonia local" subsidiária, que intenciona compatibilizar ambas as racionalidades. Seu portador social privilegiado são os setores médios, que formam um "cimento ideológico" que serve de ponte entre a lógica do capital e as demandas das classes populares. As classes médias adquirem importância por causa da heterogeneidade da sociedade, através da qual nenhum grupo consegue generalizar seus interesses particulares. Esta situação faz das classes médias um intermediário político-cultural, que representa os interesses dos diferentes grupos sociais sem representar um interesse geral. As classes médias são so atores políticos por excelência através dos quais, as diferentes demandas e aspirações se agregam. Formam assim um "bloco ideológico" que unifica as principais forças em luta, criando a cultura civica que permite as transações entre elas. No entanto, não conseguem construir uma direção hegemônica. As classes médias emergem à sombra da oligarquia e do "desenvolvimento para fora" (expansão do comércio externo). Aglutinados em torno do

14 *Argentina, Chile e Uruguai tem um alto grau de homogeneidade social. Isso não invalida a noção de América Latina (ao nível de abstração desta análise), porque também estas sociedades se encontram sob uma hegemonia externa. Por sua menor heterogeneidade estrutural, em troca, podem ter maior facilidade em construir uma hegemonia interna; tal possibilidade – insinuada bem ou mal pelos movimentos populares – parece ser um fator importante no advento do Estado autoritário.*

15 *Para não reduzir o problema a uma visão geográfica, sublinho que se trata de "espaços sociais", de uma transferência de diferentes racionalidades, que, desde logo, encontram concreção geográfica.*

16 *Martins, Luciano:* Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento. *Ed. Saga, Rio de Janeiro 1968.* Cf. *também Cardoso, Fernando Henrique:* Ideologias da burguesia industrial em sociedades dependentes, *Ed. Sigl o XXI, México 1971.*

aparato estatal, não têm base econômica senão através do fisco. Apoiando-se nesta plataforma negociadora, se constituem em "classe política", mas condicionada pelas iniciativas econômicas dos setores tradicionais. Como sua inserção na ordem existente depende destes, seus pedidos de democratização (participação no consumo e no governo) não quebram as regras do jogo estabelecidas. Usam as reivindicações das massas populares para ampliar o espaço social, enquanto o equilíbrio não é colocado em perigo, pois seu poder de barganha depende de uma situação de igualdade social. As classes médias não tem, portanto, a autonomia econômica e política para impulsionar um projeto nacional. Na falta disto, cultivam a "igualdade ocial" com uma ideologia democrática, que instrumentalizam como substituto de uma hegemonia. As experiências do "populismo" mostram que a possível mediação que as classes méddias podem estabelecer é extremamente precária. Elas fracassam em seu projeto de democratização não por causa de fatores externos mas sim por causa dos limites impostos pela forma do Estado. Isto revela, ao nível político, as dificuldades da análise de classe e problematiza o caráter do antagonismo social no capitalismo sob as condições de heterogeneidade estrutural. Se aceitamos que a luta de classe s supõe uma mediação social da praxis e se chegamos à conclusão que tal esfera de mediação não se constitue, pode-se perguntar então qual é o significado do conflito sicial na América Latina.

Um terceiro elemento do reformismo é o "realismo político" das forças populares não conseguiram resolver a crise de hegemonia a seu fa? Onde as intenções populistas permitiram que as massas populares alcançassem um certo grau de organicidade, esta continuou atrelada à estratégia do "transformismo". As organizações populares podem se denvolver na medida em que aceitam a institucionalização do conflito (a Frente Popular no Chile) ou em que sirvam de exército a um caudilho que seja o árbitro do conflito (o caso de Vargas ou de Péron). Esta estratégia de cooptação afasta os dirigentes e as organizações populares de sua base social e dificulta a formação de um interesse de classe. As organizações populares são mais representanted o "povo" do que organismos de classe. Poderia ser de outra forma? Como pode constituir-se um interesse de classe numa situação de heterogeneidade social? Uma classe social se constitue fundamentalmente em oposição a outra classe. E, as sociedades latino-americanas se caracterizam justamente pela fragmentação da estrutura social: os diferentes grupos sociais não se determinam reciprocamente. Na Améerica Latina a dialética do cappital – através da qual a burguesia subjuga o proletariado, através da qual o amo existe porque é reconhecido pelo servo – encontra-se distorcida. A ausência ou dispersão de uma esfera de mediação de praxis social impede e dificulta que os individuos tomem consciência dos objetivos implícitos a sua prática e se solidarizem em torno de interesses comuns. O caráter difuso do conflito social leva a que sindicatos e partidos considerem o Estado pelo que este aparenta ser: a burocracia civil e militar. A esfera de mediação social é reduzida à sua "encarnação" no poder negociador do aparato estatal; o aprato estal serve de instância intermediária que relaciona as diversas subunidades sociais entre si. Assim, o realismo político vê no aparato do Estado o *locus* do poder, um poder neutro e ascético à disposição de quem governa; seu conteúdo, a hegemonia, fica camuflada por detrás da autonomia relativamente grande da burocracia. A luta pela emancipação social possui um corte de "conquista do poder". Essa noção cossificada do poder não deixa espaço para uma compreensão da natureza do Estado. A célebre "Realpolitik" impede uma negação determinada da dominação. As lutas sociais se dissolvem geralmente em "acertos" dentro da ordem existente. As reivindicações populares são confiscadas pelos poderes constituídos (entre eles, os partidos populares); são eles que teorizam a realidade social e definem o que é objeto de decisão política. Rapidamente a agudização de uma crise se depura em um interesse de classe e o movimentoto social predomina sobre as instituições políticas. Mas a luta já está localizada no campo do estabelecido, e o aparato estal pode – manu militari – confirmá-lo.

Os três elementos esboçados não explicam o fracasso do reformismo, mas permitem visualizar as condições sociais que impedem levar a termo a dupla tarefa do desenvolvimento economico e democratização. Compatibilizar as duas tarefas foi a razão do "Estado de compromisso" (Weffort). O seu fracasso germinaria a irrupção de novos setores sociais ("massa marginal", camponeses) que infringiriam o compromisso institucional. Cabe se perguntar, se existiu tal irrupção. A noção mesma de "irrupção" corre o perigo de interpretar o processo sob a visão das autoridades estabelecidas, isto é, expressar um partidarismo em nome da "lei e da ordem". Provavelmente trata-se mais de uma mobilização manipulativa "de cima" depois da legitimação. Busca-se legitimar a dominação mediante a constituição de um Estado nacional. Nisso se funde o fracasso; o "Estado de compromisso" não chega a ser um Estado nacional. Primeiramente, porque a reforma da estrutura socio-economica não supera a heterogeneidade estrutural. Apesar de que na sociedade burguesa a atomização dos homens reais (produtores) é recuperada na comunidade dos homens abstratos (cidadãos), aqui a desagregação da Sociedade Civil obstaculiza a criação de mecanismos de mediação entre as práticas. Não se desenvolve uma rede de relações que penetre e se imponha à sociedade em seu conjunto. Não se cristaliza a dimensão social de prática. Por conseguinte, a ordem, tãopouco se cristaliza como forma de generalidade. A ordem conserva a sua determinação particularista (classista) e é assimilada como uma ordem arbitrária, parcial. Na Europa, o apogeu da classe operária teve lugar no marco institucional de uma democracia (formal) já estabelecida e, enfim, de uma ordem internalizada pela sociedade. Na América Latina, a democratização ocorrer como uma luta indecisa entre diferentes racionalidades. A democracia é resultado de uma correlação de forças, e não de uma razão produzida por uma praxis social comum. Portanto, tem somente um valor instrumental, re-

gras operacionais de negociação e não expressa uma razão social. Sem se referir a uma razão social, o Estado é mera forma de dominação. Retomando a afirmação hegeliana: o Estado existe, mas não é um Estado verdadeiro. O Estado obtém a sua verdade pela razão, ou seja, como produto da prática social (outra questão é o fato de que o Estado é um produto alienado de seus produtores). Na América Latina o Estado não surge da prática social e não encontra nesta a sua razão. Se é certo que o Estado não se fundamente numa razão social, que se sobreponha a diferentes racionalidades em luta, isso ajudaria a explicar a crise do Estado. Significaria que o Estado não expressa uma hegemonia, e que não encontra seu sentido na direção político cultural de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. É um Estado sem conteúdo normativo-moral, ou seja, sem legitimação na prática social. Sua relação com a prática social é uma relação de dominação. Daí, que se tente tomar o aparato estatal, realidade visível do poder, pelo Estado.

Essa redução do Estado ao aparato estatal é a outra face da crise. O aparato estatal não encarna o interesse geral; expressa uma racionalidade entre outras. Não sintetiza as contradições da Sociedade Civil se não naquilo que nelas está inserido. A lógica do aparato estatal visa o equilíbrio social e a integridade territorial, ou seja, a garantia da ordem. Visto que a heterogenenidade estrutural impede basear a ordem na praxis social, esta é imposta de forma coercitiva, mascarada (ideologizada) por mitos unitários (doutrina de segurança nacional). Para se manter o status quo, a burocracia cívico-militar deve evitar a construção de uma hegemonia. Aí se revela o caráter classista do aparato estatal. A burguesia dependente não pode construir uma hegemonia; só as forças populares podem chegar a ser uma força hegemônica.[17] É, portanto, contra elas, que se dirige a estratégia da "unificação" e da "pacificação" do aparato estatal. Trata-se de impedir uma resolução da crise de hegemonia que desemboque na transformação da ordem vigente. Conseqüência disto é a perpetuação da crise do Estado.

Em resumo: crise do Estado tem sua razis numa crise de hegemonia. A sociedade latino-americana na sua heterogeneidade não constituiu uma esfera de mediação da prática social, através da qual o Estado adquire tanto a sua forma de generalidade quanto o seu conteúdo ético determinado. Conteúdo ético que expressa a hegemonia de determinada prática social sob forma de um "interesse geral". Há uma crise de hegemonia. A ausência de uma direção político-cultural significa que a prática social não produziu uma razão, que outorgue um sentido ao Estado. A crise do Estado é uma crise de sentido. A existência do Estado não transcende a acidentalidade, não é assumida pelos indivíduos como um projeto histórico da praxissocial. Por outro lado, a mesma crise do Estado dificulta resolver a crise de hegemonia. Desprovido de "um interesse geral", o Estado fica reduzido ao aparato de dominação (burocracia) a serviço de uma hegemonia externa. A racionalidade do aparato estatal é a de evitar a constituição de uma direção político-moral, que, indubitavelmente, questionaria a vigência da hegemonia externa e, enfim, a forma de dominação encarnada por esta burocracia.

V A Unidade do "Latino-Americano"

Determinação externa e determinação interna

A análise sociológica da America Latina passou, nos últimos dez anos, por uma profunda renovação graças à tematização da *dependência*. Contra a anterior sociologia do desenvolvimento, da modernização ou da mudança social, ou seja contra os diversos matizes do estrutural-funcionalismo norte-americano opõe-se um novo enfoque da situação baseado em duas teses: 1) o subdesenvolvimento não é um estado pré-capitalista nem de capitalismo atrasado mas sim parte complementar e história simultânea do desenvolvimento capitalista mundial; 2) a causa do subdesenvolvimento, sendo externa, sua expressão, no entanto, é interna. As deformações impostas pelo exterior fazem parte constitutiva da estrutura social interna. A "situação de dependência" assim definida não se enquadra no dualismo estratificado entre sociedade tradicional e sociedade moderna, e também não remete a um diabólico imperialismo como bode expiatório. Enfatiza-se a articulação social interna dos países da região inclusive com prioridade na seqüência temporal da estruturação interna sobre a inserção nas relações externas. Idêntico ao pensamento "desenvolvimentista" da CEPAL (onde teve sua origem) o pensamento "dependentista" faz papel de herege. Enquanto a ortodoxia reinante nos centros metropolitanos incrementa os modelos de cientificidade (formalização), o pensamento latino-americano procura compreender situações concretas, guiadas por um interesse prático.

Este programa de investigação abre um amplo campo de estudos empíricos, especialmente sobre as condições em que se formam as distintas alianças das classes dominantes. A análise do processo capitalista mundial, ao contrário, fica relegada a um papel secundário, fazendo com que se descuide do marco comum em que se desenvolvem as situações particulares. Isto, por si só, dificulta a compreensão do Estado enquanto fronteira e ponto de ligação entre "o interno" e "o externo". No caso da América Latina, outra razão pode ser acrescentada. Os estudos comparativos podem destacar semelhanças importantes e, sobretudo, diferenças que configuram a especificidade de cada Estado. Tais estudos supõem conjuntos sociais de estruturas relativamente homogêneas, ou seja, nacionais. Neste caso, a referência à totalidade é um pressuposto da comparação, sujacente ao marco categórico que estabelece os critérios de comparação. Freqüentemente as análises compa-

17 *Coloco a possibilidade sob o ponto de vista de uma superação das relações capitalistas de produção, sabendo que ela é basicamente mais "complexa" nestas condições do que já é na teoria da revolução de Marx. Porém prefiro abordar o tema num trabalho futuro.*

rativas preferem ignorar a totalidade e estabelecem uma comensurabilidade através do mero modêlo analítico (por exemplo, o enfoque do "political development"). Cae-se em um realismo conceitual que, por si só, é falacioso. De fato, uma das características *prima facie* da situação latino-americana é a precaridade da "nação". A relação real entre estruturas "internas" e "externas" é o problema central. Explicitarei mais adiante [18] minha hipótese segundo a qual é só a partir do processo de capital em escala mundial enquanto totalidade que é possível entender a particularidade nacional. Ou seja, vejo o Estado na encruzilhada de uma dupla contradição. Por um lado, contradição entre dominantes e dominados, cujas práticas não encontram sua mediação no Estado. Por outro, contradição entre o processo mundial do capital e sua especificação em uma dinâmica social "interna". O Estado como força alienada e alienante desdobra-se em uma segunda alienação: a hegemonia externa a que estão submetidos dominantes e dominados. Em conseqüência, a luta pela emancipação social tem que transcender a estrutura de dominação direta e questionar a dominação do capital como tal. Nesta perspectiva quero colocar a unidade do "latino-americano" como um duplo movimento: *unidade por determinação externa e unidade por negação da determinação externa.*

Vemos este duplo movimento nas formas de problematizar o Estado.

Durante o século XIX, o Estado aparece problematizado exclusivamente na disputa entre conservadores e liberais. Ambas frações da oligarquia se despreocupam com estabelecer um projeto nacional como "sentimento com um". O problema é compatibilizar a restauração da ordem social (latifúndio) com as exigências de sua inserção na divisão internacional do trabalho (livre-cambismo). Para a teoria conservadora, o Estado é uma questão de Poder Moral: a bom amo, bom servo. O paternalismo autoritário corresponde ao predomínio das estruturas agrárias tradicionais. Para os liberais, o Estado é uma idéia da razão, a vitória da civilização sobre a bárbarie. Porém a civilização remete ao desenvolvimento do capitalismo europeu e esse requer a bárbarie na periferia. O progresso é sublimado como contemporaneidade cultural.

Seja pelas relações comerciais do setor agro-exportador, seja pelas exigências administrativas do aparato Estatal, o interesse de acumulação solapa a idéia do latifúndio. Mas o interesse da acumulação, enraizado no capital comercial, não é o interesse geral. A exploração é ainda uma relação imediata de roubo e violência. O povo é um "alter" – divisão subjacente ao racismo étnico e estamental, inclusive no pensamento senhorial do liberalismo romântico. A miséria aparece mais como assunto religioso-moral do que como problema econômico ou ameaça política. A negação da submissão se expressa no aumento de vagabundos e bandisos, e em insurreições esporádicas. Somente no final do século, conseqüência da incipiente indústria minera e fabril e do suprimento das grandes plantações, começa a crescer um movimento operário e surge um pensamento de revolução social. Mas então a "questão social" é abordada e abortada como "questão nacional".

Desagregado o "Estado oligárquico", o problema do Estado é colocado como criação do Estado-Nação. Simultâneamente surge, perla primeira vez desde a geração bolivariana, um pensamento político relativo ao latino-americano. Respondendo às dificuldades em constituir um Estado nacional, busca sua superação na reconstrução de uma nação *hispanoamericano*. Esta volta ao passado histórico como especificidade do sul-americano é comum ao pensamento hispânico (o "arielismo" de Rodó, a reforma universditária de Córdoba), ao catolicismo integralista (J. Vasconcelos, grupos integralistas na Argentina, Brasil e Chile, especialmente nas décadas de 20 e 30), ao indigenismo (traço característico na ideologia originária da Revolução mexicana, do APRA peruano e do MNR boliviano) assim como a um sentimento "telúrico" generalizado no período de entre-guerra. O interessante destes grupos é que a reminiscência do pensamento tradicional é aplicada à *mudança* política. A crescente determinação externa do continente por parte dos EUA é negada em termos de uma diferença cultural; implícita a ela está a tendência anti-capitalista e anti-liberal do enfoque conservador. Com diversos matizes desenvolve-se um tipo de nacionalismo (ressurgido em nossos dias), que coloca o Estado como encarnação da essência da nação. A idéia do Estado Autoritário enraizado na organização social tradicional (colonial) é proclamada como a ruptura com a lógica capitalista. Mas o discurso moral sobre o dever-ser da ordem social não aborda o problema do subdesenvolvimento. O Estado é apenas a *idéia* de uma comunidade definida por valores. Sem base material (sem referencia à totalidade) essa tentativa de determinação interna do latino-americano não pode se não fracassar. A ideologia sobrevive como expressão sentimental de uma identidade fictícia.

Outra e mais relevante tentativa de determinação interna do latino-americano é o *desenvolvimento social-democrata.* Sua expressão inicial foram os chamados "partidos populares" como o APRA peruano, a Ação Democrática venezuelana, a Partido de Liberação Nacional da Costa Rica, o Partido Revolucionário dominicano e o Partido Pópular de Porto Rico. Podem ser agregados a eles o Partido Radical argentino e chileno. Nota-se uma primeira tomada de consciência articulada da nova situação de subdesenvolvimento. A situação latino-americana é visualizada como um problema político: a persistência de estruturas feudais que paralisam o desenvolvimento do capital nacional fomentando desvios antidemocráticos: a ditadura militar e o movimento comunista. Sob o impacto da vitória norte-americana sob os facismos europeus se revitaliza uma corrente capitalista democrática. Tal como o desenvolvimento econômico é identificado com o desenvolvimento capitalista (e o subdesenvolvimento com um "atraso" do capital nacional), o desenvolvimento é associado com a democracia liberal. O pacto social entre a denominada "burguesia nacional" e os trabalhadores seria o eixo que articula ambas esferas

do "desenvolvimento nacional". O Estado é compreendido de maneira instrumental: identificado com o aparato estatal como motor do desenvolvimento é o locutor internacional que negocia a participação nacional no mercado mundial. Nesta perspectiva se encontram igualmente os partidos democrata-cristãos inspirados na doutrina social (católica). Cabe destacar, em toda esta corrente, que predomina em vários países da região, não coloca uma ruptura com a determinação eterna. Ao contrário, é sua expressão política. Tendo aceito o "modelo de desenvolvimento capitalista", uma linha neutra do tipo "nem capitalismo nem comunismo" somente se refere a uma autonomia tática na política internacional entre os grandes blocos. Enquanto o *nacionalismo culturalista* enfatiza a *diferença*, o *nacionalismo reformista* destaca a *identidade* no desenvolvimento. Ambos são mecanismos ideológicos e psicológicos de compensação de uma hegemonia externa. Tal nacionalismo abstrato é a contra partida à estratégia imperialista da "ajuda ao desenvolvimento".

A atualidade do socialismo

A problematização de uma determinação interna do "latino-americano" é levada a termo na luta das massas contra suas condições de vida. Na rebelião contra o seu modo de existência – determinado externamente – faz sempre, ao menos latentemente como mito, um projeto de autodeterminação. A problemática dos movimentos de contestação deve ser analisada levando-se em consideração a tensão existente entre *libertação nacional e emancipação social.*

Uma oposição – como o movimento de massas – só pode existir numa economia de mercado. Historicamente, a divisão das classes dominantes é a condição para o surgimento dos partidos populares. Mas o capitalismo não está e na América Latina nunca esteve, identificado com a economia de mercado. O crescente grau de organização (monopolização) do capitalismo, reflete-se nas organizações operárias. Mesmo onde não são um prolongamento do aparato estatal, as organizações populares encarnam o espírito de administração. O dirigente popular é caudilho ou administrador. Parece uma fatalidade, que o que procura desenvolver-se sob relações de dominação tenha que reproduzir a dominação. A oposição torna-se seita ou é uma mera delegação do controle sobre as massas. Inclusive o movimento revolucionário reflete de forma negativa a situação que combate. Hoje em dia, a utopia socialista já não apresenta uma ruptura com a realidade capitalista: administração do povo (administrar *o* povo). Planificação, nacionalização, organização popular, se transformaram em outros tantos mecanismos de controle social, que conservam intactas as relações de dominação (temos suficientes exemplos de "preocupações progressistas" que abrem o caminho a um crescente controle social sobre tempo e espaço). Quando a oposição pergunta o que fazer com o poder que se visa conquistar, já a pergunta supõe a conservação daquilo que originalmente se queria abolir: a dominação. A liberdade aparece como conseqüência da conquista do poder. É que o movimento contestatório fala a linguagem da situação que o criou. Em duplo sentido, opõe-se ao capital, sem negá-lo. Por um lado, na sua concepção de revolução. Freqüentemente, a revolução só aparece como o programa acelerado para realizar a meta da burguesia: o bem-estar do proprietário privado. Enfrenta-se as classes dominantes em nome das tarefas que estas haviam assumido sem cumpri-las – a promessa de um "melhor governo". Por outro lado, na sua concepção de partido político. A vivência cotidiana da violência termina por aceitar a ordem da violência; à violência institucionalizada opõe-se o partido político enquanto vanguarda militar dos oprimidos. O político e o militar se fundem nos seus fins e meios. A experiência do Estado como uma força de ocupação encontra sua simples inversão instrumental na organização do partido como exército de libertação. O partido revolucionário não é a prefiguração de uma nova ordem mas a escola de administração dos futuros funcionários públicos. A ruptura se reduz a uma mudança de comando. Qual é então a forma política de uma revolução social?

A ambas concepções parece permanecer subjacente um mecanismo de adaptação e assimilação, que fomenta na massa aterrorizada a reprodução da sua opressão. O pavor é o *reconhecimento* de um poder superior. Toda dominação requer a interiorização da opressão: o emprego freqüente de coação física desgasta a autoridade. A opressão interiorizada torna-se inivisível: o "rule of lay" esconde os homens que ditam e impõe a lei. Na América Latina, no entanto, este processo de interiorização, geralmente não ocorreu: por trás do proclamado "Estado de Direito" sempre fica visível a mão do Presidente (e do embaixador estrangeiro). A dominação não chega a assentar-se na consciência individual e coletiva, porque o Estado não alcança a sua forma geral abstrata. O predomínio do aparato estatal é também o predomínio do poder direto. A sua legitimação enraiza-se na obediência ao mais forte e não fundamenta uma esfera de identidade coletiva. Dada a precariedade da cidadania, o poder opressor fica visível às massas através do particularismo do aparato estatal. Mas, por outro lado, a ausência de uma forma geral-abstrata do Estado é ao mesmo tempo a ausência de uma mediação da praxis social. A atomização impede os indivíduos de perceber os objetivos comuns, que se encontram implícitos nas suas práticas; não se cristaliza um interesse de classe, que negue a denominação. Aí está o paradoxo: o que facilita a negação, às vezes a dificulta. O imediatismo do poder e o imediatismo da rebeldia se complementam. A contestação das massas retem este duplo movimento: oposição às classes dominantes (luta para controlar o aparato estatal) e conservação da lógica burguesa. Ao falar de lógica burguesa, remeto-me à hegemonia externa. A dispersão da dominação e hegemonia determina também o movimento de contestação. A hegemonia externa não é experimentada pelas classes dominadas como a negação de suas possibilidades. As noções de ordem e progresso, desenvolvimento e bem-estar em que se desdobra a ordem burguesa

18 *"A questão do Estado no capitalismo dependente".*

não tem lugar na experiência de violência em que se reconhecem as massas. Daí, a dificuldade de uma "negação danegação". A miséria é teorizada como "subdesenvolvimento", a violência estrutural como "dependência", o "desenvolvimento" se refere à escolha de outros presentes (o presente de outro como o meu futuro) – mas entre a história mundial e as necessidades sociais dos condenados do mundo parece não haver mediação política. Isso se exprime em um déficit teórico (ausência de uma teoria do capitalismo em escala mundial). Tal déficit, no entanto, corresponde à realidade do conflito: desagregação entre os fundamentos externos do antagonismo social e os atores da luta política. A forma do conflito é "nacional" enquanto o seu conteúdo é determinado externamente. Os condicionantes externos e a dinâmica interna dos conflitos se sintonizam à revelia dos grupos sociais. Essa inorganicidade torna errático o conflito social.

Neste contexto cabe analisar a Revolução cubana. Ao tematizar o antagonismo social em termos povos-aristocracia, patriotas-imperialistas, a revolução coloca implícitamente o problema do Estado nacional. Sob a consigna "patria ou morte", a façanha de 1959 culmina e realiza o trabalho iniciado pela guerra de independência de 1895-98. Mas isto não é mais do que uma dimensão. Como toda revolução, leva a termo as tarefas não realizadas no período anterior – mas dentro de um novo "projeto histórico". Uma das características da Revolução cubana é que a denominada "burguesia nacional" encontrava-se estruturalmente incapazitada para realizar a sua tarefa clássica; o Estado-Nação somente podia ser constituído através de uma revolução socialista, que rompesse com a situação de dependência. Isto é, a terefa burguesa só podia ser levada a termo como tarefa socialista; a constituição do Estado nacional passa pela ruptura de determinação externa.

A história cubana havia mostrado a inviabilidade de uma revolução meramente política (por exemplo, a derrota da ditadura de Machado, em 1933): a libertação nacional tinha que ser uma revolução social, e uma revolução o social era necessáriamente anti-imperialista. Semelhante à Revolução Francesa, a revolução do regime cubano expressa *in nunce* uma luta, cujos princípios transcendem a particularidade nacional. De fato, a revolução adquire desde o seu início uma dimensão latino-americana: ruptura com a determinação externa não só de Cuba, como também da América Latina e – momento dialético – reconstrução do continente pela vontade popular. Trata-se de uma transformação da sociedade, a partir da vontade do povo, que conduz a uma transformação real e efetiva das suas condições de vida. Esta consciência de que a transformação do mundo leva a uma mudança de vida deveria materializar-se. Nela reside o conteúdo social de uma estratégia pela determinação interna da América Latina. Nesse sentido, existia uma concordância estratégica entre as colocações de Allende e Castro. A posterior supervalorização da *tática* cubana (guerra de guerrilhas) distorceu esta dimensão latino-americana. Na situação cubana a guerrilha tem mais relevância social do que militar. O enfoque militarista de um Debray ignora os mecanismos de integração social. A guerrilha transcende a tática militar, criando mediações que a sociedade política havia impedido, e estabelece relações sociais que a economia desnacionalizada havia cortado. Importado por outras situações, o método guerrilheiro corre o perigo de transformar-se em um ato voluntarista, que desemboca nas concepções de revolução e partido político acima criticadas.

Posteriormente, a Revolução cubana enfatiza a organização acima da espontaneidade; as decisões políticas se transferem do povo ao partido; o poder militar torna-se "vanguarda" do poder popular. Tal institucionalização de um Estado nacional aparece como a superação "lógica" da hegemonia externa. Cabe perguntar, no entanto, pelo significado da ruptura que esta "lógica nacional" pode estabelecer com relação à lógica do capital. Em que sentido a Revolução cubana problematiza o Estado? O que significa a destruição da maquinaria do Estado? Que validade tem a soberania nacional em um mundo alienado em blocos? Tais perguntas não ignoram a realidade: a estrutura do mercado mundial, a ameaça militar e a subversão para-militar, os obstáculos e limites na satisfação das necessidades sociais sob condições estruturais de escassez, etc. Porém as respostas às exigências imediatas são sempre também perguntas ao projeto histórico; a solução de hoje prefigura a tarefa de amanhã. Os critérios de juizo não são em verdades a-históricas nem cálculos conjunturais. O socialismo não se enfrenta únicamente com o capitalismo enquanto inimigo presente senão, sobretudo, consigo mesmo enquanto superação de um passado histórico.

O que foi dito anteriormente nos remete a uma pergunta subjeacente a grande parte das análises sociológicas da América Latina: qual é a atualidade do socialismo? Freqüentemente, a interpretação da situação latino-americana alude ao socialismo como o conceito-limite, porém sem explicitar este ponto de vista. O socialismo aparece como uma vaga aspiração de mudança, símbolo de uma rebelião impotente, fácilmente recuperável pelos enfoques tecnocráticos. Porém, por outro lado, também a política tecnocrática fracassa. Apesar do vertiginoso fortalecimento dos mecanismos de coerção social, o novo Estado autoritário não consegue resolver a crise. Fracassa na principal tarefa que lhe coloca a história social: a construção de uma hegemonia interna, que dê ao processo social uma direção político-moral. A atualidade do socialismo não se encontrará então na construção daquela hegemonia "presente pela ausência"?

Finalmente, tentarei reformular esta indagação sobre a hegemonia uma perspectiva mais geral. Aristóteles problematizou o Estado como a procura de uma *vida melhor*: o econômico teria uma função subordinada de assegurar a sobrevivência da polis. A partir de Maquiavel e Hobbes discute-se sómente a questão da sobrevivência. A política adquire um catáter instrumental em concordância com a concepção tecnpkista do mundo. A teoria já não se ocupa das metas, que imanentes à prática social, a transcendem. A felicidade é substituída pela utilidade; a "razão do Estado" já não reside na ética das relações humanas, e sim no

cálculo. Trata-se de obter um consenso com relação ao "interesse geral" mediante a formalização das "regras do jogo" e sem referência a seu conteúdo material. Suge assim um déficit normativo; o desenvolvimento de um cientificismo como monopólio da explicação do mundo e a desagregação da religião em moral individual solapam a experiência inter-subjetiva de um *sentido* da vida. A função do Estado é garantir a sobrevivência física e o bem-estar material. Exige a legitimação da dominação em razão de seus serviços e não com referência a um fim transutilitário. Sem dúvida, a secularização utilitarista do Estado deixa no ar suas raízes: o mito da harmonia social. Cabe recordar aqui que o capital nunca foi mero processo de produção material mas sempre foi também processo social da vida; o que se denomina base e superestrutura formam um bloco. A desagregação tendencial de unidade (ou "correspondência") de ambos processos assinala uma situação de "crise orgânica". Ela manifesta uma dupla crise do capitalismo: o que podemos chamar uma "*crise de serviços*" referente ao funcionamento econômico e político do sistema social e uma *crise de sentido* referente ao conteúdo ético do Estado.

Nas sociedades altamente industrializadas, encontramos uma consciência da crise no debate sobre os limites do crescimento, atualidade da vida, o equilíbrio ecológico, etc. Trata-se geralmente de uma crítica de tipo conservador (na tradição do pessimismo cultural de fim de século de Nietzschex e Freud a Marx Weber) pois não questiona o modo de produção capitalista. A crítica às "deficiências" é, no fundo, um elogio à decadência em nome do progresso. A procura de consolo por uma vida desolada busca o futuro nas promessas do passado. Na América Latina, as promessas da revolução burguesa como de outras tantas "alianças para o progresso" só provocaram frustação. Assim a experiência da miséria e da opressão pode gerar uma crítica ao desenvolvimento, já não somente a determinados modelos de desenvolvimento, como ao "desenvolvimento" enquanto sentido do capitalismo. O desenvolvimento, já que monopolizado de fato no bem estar das sociedades metropolitanas, se revela na situação latino-americana de hegemonia externa como uma expropiação do sentido. As sociedades latino-americanas são mutiladas e aniquiladas como parte constitutiva da história humana ao serem "programadas" externamente. *A atualidade do socialismo está na reapropriação do sentido da praxis social*. Criticar o desenvolvimento capitalista (como todo "modelo" externo) significa descobrir a significação imanente à ação; apreender a realizar os objetivos, que os indivíduos aspiram ainda que de maneira inconsciente em seu fazer cotidiano. Trata-se de um "socialismo nacional" enquanto expressa o sentido imanente à prática em determinada sociedade. Trata-se de um "socialismo democrático" enquanto expressa a construção de uma hegemonia popular. Em resumo: pleitear o socialismo é pleitear uma utopia completa – superar o que a sociedade é um face do que a prática social procura ser. Fazer do "ainda-não-realizado" o sentido comum.●